

O DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: UMA PROPOSTA DE RESUMO

Vinicius Carneiro¹

Carlos Pinkusfeld²

Resumo: No século XX, a economia brasileira passou por profundas mudanças, iniciando com um modelo primário-exportador, evoluindo para a industrialização, a partir de 1930, e intensificando durante o "Período Desenvolvimentista". Este período, até os anos 1980, foi marcado, em linhas gerais, por forte crescimento econômico e mudança estrutural. Após essa fase, houve transformações significativas, culminando na adoção de um novo modelo de gestão econômica. Este trabalho destaca os eventos da era desenvolvimentista no Brasil, explorando sua continuidade ao longo do tempo e argumentando sobre sua natureza como um movimento histórico singular. O objetivo principal é apresentar o desenvolvimentismo brasileiro, sua concepção e seu declínio na década de 1980, com foco na formação de um Estado desenvolvimentista e suas políticas econômicas. O trabalho está estruturado em quatro seções. Na primeira uma conceituação do desenvolvimentismo, na segunda, sua gestão ao longo do tempo, na terceira, as mudanças ocorridas quando enfraqueceu e, por fim, considerações finais.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Economia Brasileira; Estado Desenvolvimentista.

ÁREA TEMÁTICA: 3. HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

FINANCIAMENTO: Financiamento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através do programa de bolsas "Nota Dez".

¹ Mestre e Doutorando em Economia pelo PPGE-IE-UFRJ. Professor Substituto de Economia Brasileira do Instituto de Economia da UFRJ.

² Professor de Economia Brasileira do Instituto de Economia da UFRJ e do PPGE-IE-UFRJ.

1. Introdução

O século XX foi um período de intensas transformações na economia brasileira. No seu início, ela era estruturada com base no modelo primário-exportador, no qual a dinâmica econômica era determinada pela exportação de bens primários. Após as repercussões da Grande Depressão e as políticas econômicas adotadas pelo governo, iniciou-se o processo de industrialização, no qual os componentes internos ganharam mais relevância. No meio do século, ocorreu a concretização do que será chamado aqui de “Período Desenvolvimentista” ou “Desenvolvimentismo Brasileiro”, compreendido como uma etapa que perdurou até a década de 1980, marcada por um forte crescimento e avanços significativos em direção à industrialização. Após esse período, ocorreram intensas modificações, com os traços característicos da fase anterior sendo deixados de lado e um novo modelo de gestão econômica sendo implementado, com alterações nos objetivos e instrumentos.

O presente trabalho destaca os acontecimentos relacionados à etapa desenvolvimentista no Brasil, buscando apresentar seus principais aspectos de continuidade ao longo dela e explicar por que esse longo período, durante o qual o país foi governado por diferentes governos, pode ser considerado parte de um mesmo movimento histórico, apesar de apresentar certas singularidades.

Assim, o objetivo geral é apresentar o que foi o desenvolvimentismo brasileiro, destacando em linhas gerais como ele foi concebido ao longo do tempo e como foi abandonado ao longo da década de 1980. Para atingir esse objetivo, será feita uma análise de um aspecto central dessa etapa, que foi a formação de um Estado desenvolvimentista no país, dotado de ferramentas e instrumentos para promover a adoção de políticas econômicas com esse fim.

O trabalho está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda, será apresentada uma conceituação do que pode ser entendido como desenvolvimentismo. A terceira seção será dedicada a apresentar como este foi gerido ao longo do tempo, e na quarta seção, serão abordadas as modificações ocorridas quando ele se enfraqueceu. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2. Desenvolvimentismo: uma definição do conceito

De início, é importante definir o conceito de "desenvolvimento econômico" que será utilizado ao longo do trabalho. O significado que será aqui atribuído ao termo é o de "acumulação de capital associada a um processo de mudança estrutural", ou de forma mais simplificada, "crescimento econômico com modificação da estrutura produtiva"³. Ou seja, esse processo vai além de uma definição puramente ligada ao crescimento econômico e está relacionado aos reflexos que esse processo gera sobre a estrutura da economia.

Na língua portuguesa, o uso sufixo "ismo" denota um caráter de generalização de um substantivo primitivo. Diante disso, o "desenvolvimentismo" seria a "propagação do desenvolvimento econômico". No entanto, essa definição por si só não é suficiente para compreender ou especificar exatamente sobre o que está sendo tratado, uma vez que, como mencionado por Fonseca (2016), o conceito de "desenvolvimentismo" é utilizado

³ Seguindo a definição trazida por Syrquin (2010) que compreende a “mudança estrutural” como mudança persistente na composição de um agregado no longo prazo, normalmente sendo entendida à importância relativa dos setores na economia, às mudanças na localização da atividade econômica e outros aspectos da industrialização.

tanto para se referir à esfera do pensamento quanto para nomear etapas históricas específicas.⁴

O campo do pensamento pode ser dividido em duas esferas: a ideológica e a teórica. A primeira refere-se aos aspectos normativos que, em linhas gerais, defendem que a busca pelo desenvolvimento econômico deve orientar as políticas adotadas. Por outro lado, a segunda está mais voltada para uma abordagem positiva, apresentando as ferramentas através das quais o desenvolvimento pode ser alcançado. Já as experiências concretas referem-se aos diferentes países que buscaram ingressar em um processo de desenvolvimento econômico ao longo da história.

Já a ideologia desenvolvimentista pode ser entendida como uma ideologia de transformação da sociedade que foi prevalente no meio econômico, especialmente em países não desenvolvidos, entre as décadas de 1950 e 1980. Bielchowsky e Mussi (2005), ao analisarem o caso brasileiro,⁵ apresentam como seus princípios gerais as seguintes ideias: i) a industrialização completa é a rota para superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil; ii) não há possibilidade de alcançar uma industrialização eficaz através do jogo espontâneo das forças do mercado, sendo necessário que o Estado planeje o processo; iii) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão; iv) o Estado deve ainda orientar a expansão, mobilizando e direcionando recursos financeiros, oferecendo incentivos especiais e realizando investimentos diretos nos setores onde a iniciativa privada é inadequada.

Já a Teoria do Desenvolvimento, que surgiu e foi estruturada entre as décadas de 1950 e 1960, destaca pontos como: a importância da acumulação de capital, a natureza não mecânica do progresso tecnológico, e a importância central do Estado e de suas instituições na formulação de estratégias nacionais e na coordenação dos investimentos (MEDEIROS, 2010b). Esta teoria foi concebida como uma ferramenta para que os países não desenvolvidos pudessem criar seus próprios métodos para o progresso econômico, o qual até então não havia sido impulsionado pelas forças de mercado. Portanto, essa teoria não foge à regra dos outros avanços na teoria econômica. Ela foi moldada pelo seu tempo e pelas condições sociais e ideológicas que marcaram seu surgimento. Caracterizada por fortes pressões sociais e políticas, tanto nacionais quanto internacionais, decorrentes do desenvolvimento de países que estavam em estágio econômico e material inferior aos países mais ricos (BASTOS; BRITTO ROCHA, 2020).

Fica evidente como a ideologia e a teoria desenvolvimentista parecem estar interligadas, representando duas perspectivas complementares. Como era de se esperar, os princípios apresentados por elas vão além dos aspectos puramente econômicos e se estendem para o âmbito mais amplo da política. Além disso, esses princípios não foram aplicados da mesma maneira em diferentes momentos e experiências históricas. Pelo contrário, eles serviram de base para o desenvolvimento de várias correntes de pensamento e propostas de políticas econômicas que foram debatidas e implementadas de formas diversas ao longo do tempo.

Um ponto que chama a atenção nesta esfera do pensamento, e que também será evidente ao analisar as etapas históricas, é a presença de um Estado desenvolvimentista

⁴ O autor traz ainda uma historiografia a respeito da utilização do termo, porém, não é conclusivo quanto ao ano ou a obra específica que foi pioneira em sua utilização. Mas é certo de que a década de 1970 marcou um aumento considerável na utilização deste termo, tanto para tratar a teoria como para descrever processos históricos específicos.

⁵ Embora o trabalho dos autores seja específico para o caso brasileiro, os pontos trazidos por eles podem facilmente ser generalizados para outros países que passaram por tal processo. O trabalho de Fonseca (2016) deixa isso bastante evidente, uma vez que apresenta diversas continuidades entre esses.

como peça central nessa engrenagem. Seria através dele que se criariam os meios para que a passagem entre o abstrato, teórico e ideológico se materializasse no concreto. Dessa forma, mais adiante, será enfatizado como se deu a formação desse Estado desenvolvimentista no caso brasileiro, de que maneira ele atuou ao longo do tempo, e também como se enfraqueceu em conjunto com o período desenvolvimentista.

Percorrido esse percurso, cabe estabelecer que o presente trabalho não terá como tema uma análise dos aspectos que compõem a esfera mais abstrata do desenvolvimentismo. Ou seja, o trabalho será centrado no estudo a respeito de sua parte mais concreta, isto é, do desenvolvimentismo como uma etapa histórica e, em específico, com a forma com que este se efetivou no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980. Vale ressaltar que essa escolha é puramente um recorte analítico e não pretende diminuir a importância que a teoria e a ideologia do desenvolvimento tiveram (e ainda têm) no debate acadêmico e político, até mesmo porque estas serviram (e ainda servem) como base para as experiências concretas que foram (e ainda podem ser) colocadas em prática.

Dito isso, como ressaltam Bastos e Oliveira (2021), essas experiências concretas de desenvolvimento – doravante chamadas de desenvolvimentismo – são anteriores à Teoria do Desenvolvimento, tendo surgido em diversos países já a partir do início do século XX. O desenvolvimentismo se fortaleceu após a Segunda Guerra Mundial e perdurou até a virada das décadas de 1980 e 1990, momento em que esses regimes, especialmente na América Latina, foram alterados para um modelo que preconizava a substituição da maioria das estratégias adotadas por esses governos até então. Embora tenham apresentado uma continuidade ao longo do período, essas experiências não foram lineares, tanto na distinção entre países ou regiões quanto na dimensão histórica de cada uma, sofrendo alterações e mutações ao longo do tempo e dos locais em que se inseriram.⁶

Apesar das diferenças, cabe notar o fato de que uma parte considerável das experiências desenvolvimentistas ocorreu em um mesmo período histórico. Tomando como exemplo o caso do Brasil, não apenas durante a etapa desenvolvimentista, o país seguiu, apesar de suas especificidades e defasagens temporais, as tendências gerais que foram estabelecidas no mundo ao longo do século XX (BASTOS; OLIVEIRA, 2021). Até a década de 1930, o Brasil se integrava ao comércio mundial a partir da lógica de uma nação periférica, dependendo essencialmente da exportação de produtos primários para os países desenvolvidos. A crise de 1929 e as políticas subjacentes a ela provocaram uma série de transformações econômicas que resultaram em um deslocamento da dinâmica econômica "para dentro" por parte desses países, incluindo o Brasil. Após a guerra, iniciaram-se ao redor do mundo as experiências de "welfare-state" nos países desenvolvidos e de "desenvolvimentismo" nos países periféricos. Nesse contexto, o Brasil inseriu-se na segunda vertente e aprofundou suas políticas de industrialização. Por fim, a década de 1970 marcou o avanço dos questionamentos aos preceitos que definiram os anos anteriores no mundo, iniciando-se um avanço da ideologia neoliberal com a adoção de políticas que transformaram a participação do Estado na economia. Nessa fase, o país passou a se integrar à nova lógica, embora com uma certa defasagem, entre as décadas de 1980 e 1990.

Essa observação mais ampla se faz necessária uma vez que, a partir dela, o trabalho busca se distanciar de um "nacionalismo metodológico" e tenta integrar os acontecimentos ocorridos com o país ao contexto mundial mais amplo em que este esteve inserido ao longo do tempo, sendo este, por muitas vezes, definidor dos limites das

⁶ Para se ter dimensão da quantidade de diferentes experiências históricas concretas, Fonseca (2016) identifica, somente entre países latino-americanos, 34 governos em 8 países diferentes que, entre 1930 e 1979, foram desenvolvimentistas em algum modo.

estratégias que foram postas em prática no Brasil. Tal aspecto é fundamental para a análise a ser realizada e que, por muitas vezes, ainda será destacado ao longo do trabalho, sobretudo pelos efeitos que a inserção externa foi capaz de provocar sobre a dinâmica interna.

Porém, apesar de ocorridas em um mesmo momento, é crucial diferenciar as políticas desenvolvimentistas daquelas realizadas a partir do "consenso keynesiano" nos países centrais. Nesse segundo grupo, a busca ocorreu a partir do objetivo norteador de estruturar um estado de bem-estar social e buscar pelo pleno emprego. Já no caso periférico (incluindo o brasileiro), as estratégias estiveram baseadas na perseguição de mudanças estruturais capazes de fazer frente, ou ao menos atenuar, a restrição externa à qual esses países estavam submetidos pelo modelo anterior vigente, que entrou em decadência com a Crise de 1929.

Essa diferença é capaz de explicar, em parte, os diferentes tratamentos concretos que foram dados às questões sociais sob as duas experiências. O fato de as questões relacionadas ao emprego e à qualidade de vida da população terem sido objetivos norteadores das estratégias de parte dos países desenvolvidos refletiu-se na adoção de políticas econômicas e sociais voltadas para esse fim, com a formação de um amplo estado de bem-estar social. Já no caso periférico, que não tinha esses objetivos, houve um esvaziamento de políticas desse tipo e um predomínio quase que exclusivo de políticas voltadas para a industrialização.

Partindo das diferentes experiências históricas que podem ser caracterizadas como desenvolvimentistas ao longo do século XX e tentando chegar a pontos em comum que as definam como integrantes de um mesmo movimento, o presente trabalho se baseia no núcleo dessas experiências definido a partir de três pontos: a existência de um projeto nacional, o intervencionismo e a industrialização (FONSECA, 2015).

O primeiro desses pontos é o que mais foge ao escopo do trabalho, uma vez que integra uma parte mais abstrata da questão. Porém, cabe ressaltar que, durante o desenvolvimentismo brasileiro, diversos planos que foram lançados faziam alguma referência à ideia de tornar o Brasil um país desenvolvido ou, ao menos, de diminuir a distância para este grupo. Na realidade, a própria política de substituição de importações, via pela qual foi iniciado o processo de industrialização brasileiro, pode ser entendida como um fenômeno desse processo, no qual é norteadora a partir de objetivos internos à nação. Nesse sentido, o presente trabalho dará mais ênfase ao segundo e ao terceiro ponto, uma vez que estes fazem parte da esfera mais concreta do desenvolvimentismo, isto é, da maneira como a ideologia saiu das mentes e do papel e foi posta em prática.

Neste aspecto, a figura do Estado foi, sem dúvida alguma, fundamental para criar a ponte entre o abstrato e o concreto, sendo que foi a partir da interferência direta ou indireta deste que foram estruturadas as políticas em prol da industrialização. Ou seja, foi marcante nessas diferentes experiências a existência de um Estado desenvolvimentista caracterizado, utilizando a definição de Medeiros (2008), como aquele que, através de múltiplos instrumentos discricionários, fomentou o processo de industrialização e mudança estrutural numa direção não espontânea e, conseqüentemente, distinta da que teria ocorrido com a especialização induzida pelas vantagens comparativas, defendida pelos defensores do liberalismo. Essas políticas tiveram como resultado, na maioria desses países que se utilizaram dessa estratégia, altas taxas de crescimento e industrialização que, por sua vez, se refletiram em um intenso deslocamento da mão de obra do campo para atividades industriais e urbanas, além de um crescimento da renda per capita a taxas superiores às dos países mais avançados (MEDEIROS, 2010).

As estratégias desenvolvimentistas – e também a experiência de welfare-state nos países desenvolvidos – foram assentadas no contexto do pós-guerra em que se estruturou: i) a concorrência entre dois sistemas antagônicos liderados pela União Soviética e Estados Unidos, e ii) a predominância da hegemonia desse segundo sobre o bloco capitalista. Essas duas condições são fundamentais para a compreensão do cenário internacional em que essas diferentes estratégias de desenvolvimento estiveram inseridas ao longo desse período (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

Dessa forma, conforme esses países, desenvolvidos ou periféricos, se mostraram como parte dos interesses dos norte-americanos nesse xadrez internacional, mais recursos eram deslocados e as condições se tornavam mais favoráveis, caracterizando-se como uma espécie de "convite ao desenvolvimento"⁷. Com isso, a influência americana não se dava apenas por permitir, mas muitas vezes também por atuar como elo fundamental dessa engrenagem.

Inicialmente, os convites americanos não chegaram até aos países latino-americanos, uma vez que, inicialmente, durante a década de 1950, estes não fizeram parte de nenhum plano de reconstrução e nem contaram com privilégios no cenário internacional. Esse ambiente fez com que a região ficasse, no âmbito externo, muito dependente tanto das exportações de seus produtos primários como dos fluxos de financiamento externo das empresas multinacionais americanas e europeias, dado que não houve um grande projeto de ajuda oficial a esses países (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

No Brasil, essa situação se evidenciou nas diferentes políticas cambiais que foram tentadas durante a década para promover a exportação dos bens primários, a maioria delas insuficiente frente à imposição da necessidade do aumento das importações requeridas pelo avanço da matriz produtiva. Isso fez com que o país recorresse a políticas que facilitassem o ingresso de investimentos externos, buscando uma associação com o capital internacional que pudesse compensar o atraso de suas possibilidades em gerar as divisas necessárias. Embora essas políticas tenham surtido um efeito no curto prazo, ao propiciarem a possibilidade do crescimento vivido ao final da década de 1950, estas não foram suficientes para alterar estruturalmente a condição em que o país estava inserido, e o início da década seguinte deixa esse fato evidente, uma vez que o país se encontrou com um alto nível de dívida externa de curto prazo.

A situação, para o Brasil e para o restante da região, só começou a se modificar a partir do lançamento, em 1961, após a revolução cubana e a aproximação do país com a URSS, da "Aliança para o progresso", como um fundamento que buscava estruturar uma aliança dos EUA com os países da região (MEDEIROS; SERRANO, 1999). Neste momento, a América Latina entrou no xadrez das disputas globais. Isso fez com que fosse dada uma maior atenção aos acontecimentos desses países por parte dos americanos, o que se evidenciou no apoio direto e indireto aos diversos golpes militares ocorridos na região a partir de então.

Por mais que a partir da consolidação dos novos regimes esses países tenham recebido melhores condições por parte dos americanos, como foi o caso do Brasil, por exemplo, a amplitude dessa influência e participação não se concretizou da forma como ocorreu nos países asiáticos, por exemplo. Por esse motivo, Medeiros e Serrano (1999)

⁷ Pode se citar como exemplo, inicialmente, a participação e promoção norte-americana na reconstrução da Alemanha e do Japão, que mais tarde se configuraria nos "milagres" desses países. E, posteriormente, a influência que este país teve sobre a Coreia do Sul e Taiwan. O leque de "melhores condições" contava com mecanismos como abertura unilateral do mercado americano, manutenção de taxas de câmbio favoráveis a esses países, tolerância com políticas de proteção comercial, missões de ajuda técnica e forte estímulo a expansão de multinacionais americanas para esses países (MEDEIROS E SERRANO, 1999).

não definem tal atitude como sendo um convite ao desenvolvimento.⁸ Diante disso, talvez a melhor caracterização que possa ser dada a essa relação seja uma "tolerância ao desenvolvimento" por parte dos EUA às estratégias industrializantes realizadas por esses países ao longo desse período.

Mas é fato que, apesar de todos os problemas enfrentados por uma economia periférica, o Brasil conseguiu, em melhores ou piores condições a depender da época, uma continuidade de seu processo de industrialização. Para isso, utilizou-se de uma série de mecanismos e oportunidades que propiciaram um afastamento da restrição externa, possibilitando que as estratégias de crescimento pudessem ser continuadas ao longo do tempo.

O afastamento da restrição externa, mesmo que aos solavancos, permitiu ao Brasil colocar em ação seu "arsenal desenvolvimentista", na definição de Medeiros (2017), composto por: i) proteção às indústrias locais; ii) política industrial e tecnológica; e iii) políticas macroeconômicas expansivas. Esse cenário no Brasil se estruturou entre a década de 1950 e o início da década de 1980. Nesses mais de 30 anos, mesmo diante das diversas mudanças ocorridas, o "conteúdo" desenvolvimentista seguiu presente e norteador, sendo marcante tanto dentro dos governos democráticos, até 1964, quanto nos governos autoritários, a partir de então.

Ou seja, apesar das descontinuidades políticas, por exemplo, é possível observar durante esse período uma continuidade no ímpeto norteador de se gerar um crescimento econômico e industrialização para o país, ao qual Castro (1994) definiu como uma "convenção do crescimento" que esteve presente nos diferentes governos ao longo desses anos. Esta convenção esteve em ação tanto pela via democrática, entre 1951 e 1964, período que pode ser definido como "Desenvolvimentismo com Democracia", quanto a partir de 1964, ao qual se pode caracterizar como "Desenvolvimentismo sem Democracia".⁹

3. As continuidades do desenvolvimentismo: crescimento e industrialização como objetivos norteadores das políticas econômicas

O processo de industrialização da economia brasileira já estava em curso no início da década de 1950, mas, sem dúvida alguma, o retorno de Getúlio Vargas ao poder, desta vez pela via democrática, representou uma aceleração desse processo. Embora esse segundo mandato de Getúlio tenha sido extremamente conturbado no cenário político e econômico, fatos que inclusive culminaram de maneira trágica com seu suicídio em 1954, o legado desse governo é fundamental para o rumo traçado nos anos seguintes.¹⁰

Nesses anos, a economia brasileira foi dotada da criação de instituições e de mecanismos voltados para pensar e executar a continuidade do processo de

⁸ Os autores destacam ainda que o sucesso dessas estratégias não se deu de maneira singular na região e dependeu de condições específicas como a maior diversificação da estrutura produtiva, tamanho dos mercados internos, período de maturação do PSI, entre outros (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

⁹ Como já mencionado, não é o objeto aqui, mas esse ideário desenvolvimentista esteve presente também nos debates entre os economistas e formuladores de política econômica, Bielschowsky e Mussi (2005) apresentam que, durante esse período, a ideologia desenvolvimentista foi norteadora das diferentes proposições que eram feitas sobre a situação da economia brasileira e quais os caminhos a serem perseguidos. Dessa forma, o autor apresenta que o debate se dava muito mais sobre a forma com que esse desenvolvimentismo deveria ser realizado e gerido e não sobre a sua necessidade

¹⁰ Uma boa apresentação do conturbado cenário e os reflexos desse sobre o governo e o contexto econômico do Brasil é realizada por Moraes (2021).

industrialização no país.¹¹ Exemplos desse momento são a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) em 1952 e da Petrobras em 1953, além de comissões que tinham como intuito identificar gargalos do processo de desenvolvimento para que fossem pensadas estratégias a serem seguidas, como por exemplo, a Comissão Mista CEPAL-BNDE.

A criação dessas duas instituições abarcou os dois polos que são definidos por Medeiros (2017) como os mais fundamentais para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, sendo eles: a criação de empresas estatais em áreas estratégicas da indústria pesada e um banco público de desenvolvimento. Além disso, é importante o contexto de que elas foram estabelecidas a partir de um planejamento cuja função era promover o processo de industrialização do país. Mais uma peça-chave para o desenvolvimento.

Por essas empresas integrarem projetos de mais longo prazo, devido aos objetivos para os quais foram pensadas e estruturadas, elas são capazes, através de seus objetivos e planos, de sustentar ao longo do tempo o projeto de industrialização, contribuindo assim para sua continuidade diante dos mais diferentes governos. Esse fato é enfatizado por Castro (1994) como um fator essencial presente na experiência brasileira e que explica a sobrevivência da industrialização aos diferentes projetos de governo ao longo do tempo.

Um exemplo prático da importância dessas instituições e comissões ocorreu já no final da década de 1950. Após um breve interregno da ideologia desenvolvimentista, que ocorreu com a morte de Vargas e o governo de Café Filho,¹² foi estruturado o primeiro grande plano de desenvolvimento para a economia brasileira, conhecido como “Plano de Metas”. Este plano consistiu em um conjunto de medidas anunciadas pelo governo de Juscelino Kubitschek com o objetivo de fazer com que o Brasil avançasse “50 anos em 5”, promovendo o desenvolvimento do setor industrial, especialmente o de bens de consumo duráveis e bens de capital, e a modernização do país, incluindo o projeto de interiorização que teve como um de seus marcos a construção de Brasília. Esse plano pode ser considerado uma consequência da etapa de industrialização e urbanização que o país vivia até então, uma vez que foi realizado a partir da identificação dos gargalos que o processo até aquele momento havia gerado.¹³

Os anos que se seguiram ao final da década de 1950 ocorreram sob esse contexto, com o Brasil apresentando forte crescimento econômico. Porém, ao mesmo tempo, o país continuou essa trajetória em um cenário externo que se tornava cada vez menos favorável, especialmente devido à forte expansão da demanda por importações, associada ao processo de industrialização, que crescia a uma taxa superior às exportações. Como resultado desses fatores, a dívida externa de curto prazo do Brasil se expandiu ao longo do período, levando à utilização da desvalorização cambial, mas isso, por sua vez, resultou em um aumento das pressões inflacionárias sobre a economia brasileira. Esse foi exatamente o cenário com o qual a economia brasileira iniciou a década seguinte, quando

¹¹ É justamente a criação dessas que Lessa (1982) irá definir como o início da “industrialização intencional” no país, uma vez que teria sido, segundo o autor, a partir desse momento que o Brasil aderiu por motivações próprias o projeto industrializante.

¹² O cenário conturbado da primeira metade da década de 1950 continuou durante o governo Café Filho. Por isso, e pela falta de continuidade e direção das políticas econômicas propostas, sejam elas mais liberais ou mais desenvolvimentistas, está sendo considerado aqui esse momento como um interregno desenvolvimentista, não no sentido que tenha sido dada outra direção, mas sim que não se avançou no projeto de desenvolvimento do país. Para mais sobre rápido governo, ver Moraes (2011).

¹³ Para mais sobre a relação entre os “gargalos” e o projeto que estruturou o Plano de Metas, ver Lessa (1982).

os objetivos desenvolvimentistas foram, ao menos em parte, questionados ou descontinuados devido à necessidade de ajuste externo que se fez presente naquele momento.

Apesar de o Plano de Metas ter representado o auge do processo de industrialização até então, os anos que se seguiram foram bastante distintos desse momento. O início dos anos 60 marcou o interregno mais duradouro do desenvolvimentismo no Brasil, em que o país enfrentou uma desaceleração econômica, problemas externos e aceleração inflacionária, ocorrendo em um contexto de intensificação das disputas políticas tanto internas como externas.¹⁴ Esse ambiente fez com que os governos da época se voltassem mais para os objetivos imediatos da estabilização.

Com isso, nestes anos, os diferentes governos, democráticos com Jânio Quadros e João Goulart e autoritário com Castello Branco, deram uma atenção especial ao enfrentamento das instabilidades que se faziam presentes. Essa descontinuidade se expressou nos objetivos dos dois principais planos que foram executados durante esses anos: o Plano Trienal, em 1963, e o Programa de Ação Econômica (PAEG), em 1964, que foram norteados pela busca de uma resolução dos problemas inflacionários que o Brasil passava no início daquela década.¹⁵

Ainda que esses dois planos tenham sido pensados com o objetivo central de estabilização, eles traziam consigo ainda os objetivos de retomada do crescimento e enfatizavam que a luta pela estabilização não poderia comprometer o crescimento. Esse traço reforça a permanência da “convenção do crescimento” mesmo em um contexto extremamente desfavorável. É interessante notar que até mesmo a historiografia sobre o período dá uma ênfase no corriqueiro crescimento econômico, estabelecendo taxas médias superiores a 4% como momentos de crise econômica.

Outro aspecto que esse período deixa evidente é como as condições externas foram condicionantes do desempenho econômico interno, ao menos em fornecer as possibilidades para que as estratégias de crescimento pudessem ser postas em prática. Na seção relativa ao crescimento externo será apresentada de maneira mais ampla os efeitos internos provocados pela dificuldade em se honrar os compromissos externos, porém, cabe notar aqui que um fator essencial que diferenciou os resultados dos dois planos citados acima foi o ambiente externo que esses encontraram. No caso do Plano Trienal, ele foi abandonado, em meados de 1963, quase que conjuntamente com o fracasso no processo de renegociação da dívida externa brasileira. Enquanto o PAEG, implementado após o golpe de 1964 e com o governo agora contando com o apoio americano, encontrou condições mais adequadas que propiciaram tanto a renegociação dos prazos da dívida quanto a obtenção de novos empréstimos.¹⁶

O cenário das diferentes disputas políticas, internas e externas, associado com os problemas econômicos presentes naquele momento, forjaram as bases de apoio para a

¹⁴ Por exemplo, no âmbito interno ocorreu uma crise deflagrada a partir da renúncia de Jânio Quadros que colocaria no poder o seu vice-presidente e opositor João Goulart, esse movimento fez com que, após um impasse político e militar, fosse encontrada a solução do regime parlamentarista, em que o vice-presidente seria conduzido ao cargo, porém, o poder seria dado a um primeiro-ministro, definido pelo Congresso Nacional. Já pelo contexto externo, o início da década foi marcado pelo auge da Guerra Fria a partir da “Crise dos Misseis”, ocorrida em 1962 e que aumentou as disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética pela hegemonia mundial.

¹⁵ Para uma apresentação e comparação entre os dois planos, ver Bastian (2013).

¹⁶ Entre 1964 e 1967, a *Agency for International Development* (AID), agência de ajuda externa americana, concedeu importantes empréstimos ao Brasil, fazendo com que o país fosse no período o quarto maior receptor de ajuda líquida. Além disso, os empréstimos e financiamentos externos obtidos em 1965 aumentaram 65% em relação ao ano anterior, enquanto os investimentos diretos quase que triplicaram (LARA RESENDE, 2014).

ruptura institucional em abril de 1964. Momento em que, sob a liderança dos militares, foi instalado um novo regime no país, que contou com o franco apoio de diferentes camadas da sociedade brasileira – como políticos, empresários e igreja, além de um patrocínio e sustentação norte-americana.

Esse contexto de apoio ao golpe é fundamental para se compreender as ações que foram tomadas por parte do novo governo logo após o golpe. Sob o comando do General Castello Branco, houve a necessidade de se acenar para esses diferentes setores da sociedade com um conjunto de propostas que tinham como intuito gerar legitimidade política e social ao novo regime. Sob esse cenário, os primeiros discursos após o golpe militar acenaram nessa direção e apontavam para pautas defendidas pela elite nacional como maior incentivo à iniciativa privada e diminuição da máquina pública.

Porém, se os discursos iniciais se aproximaram mais do liberalismo, as políticas econômicas postas em prática foram, aos poucos, cada vez mais se voltando aos antigos objetivos: crescimento e industrialização do país. Além de serem geridas a partir da figura central do Estado que passou muito longe de diminuir sua participação sobre o ambiente econômico, o período que se seguiu viu, na realidade, um aumento da influência do Estado sobre a economia, que pode ser vista pela em elementos como política econômica expansiva, criação de empresas estatais, políticas industriais, entre outros.

É importante enfatizar que o caráter mais conservador e autoritário do novo governo se fez presente tanto na composição como na forma de algumas medidas que foram implementadas. Dois exemplos dessas medidas foram as modificações no sistema tributário e a nova regra para a política salarial. A política tributária teve um caráter centralizador e regressivo, permitindo que se elevasse a carga tributária e a arrecadação por parte do governo federal sem que se entrasse em conflito com as elites, nesse aspecto, um ambiente autoritário foi essencial para a sua rápida aprovação, que dificilmente ocorreria em um regime democrático (HERMANN, 2014).

Já a nova política salarial foi, sem dúvidas, o melhor exemplo de como o caráter conservador se expressou dentro das políticas econômicas adotadas pelo regime militar. Ainda dentro das medidas do PAEG, foi previsto uma regra salarial que estabelecia que o reajuste do salário-mínimo só ocorreria anualmente em uma taxa estabelecida pelo governo. Embora o argumento oficial fosse o de garantir que não haveria perdas para os salários reais dos trabalhadores, na prática, a medida e a sua forma de implementação fizeram com que o salário-mínimo real se reduzisse. Além disso, essa redução se estendeu também ao salário real médio, sobretudo nos setores em que o salário-mínimo é a principal referência de reajustes (LARA RESENDE, 2014).

Embora essas medidas piorassem os salários reais recebidos por grande parte dos trabalhadores no país, elas beneficiaram os empresários, uma vez que os custos reais de produção ligados ao trabalho foram diminuídos ao longo do tempo, permitindo, assim, um aumento de suas taxas de lucro.

Cabe sublinhar que, embora essa política salarial demonstre o caráter conservador e autoritário do regime militar, ela por si só não é capaz de remover o ímpeto desenvolvimentista do governo, ao menos não na definição de desenvolvimento que está sendo empregada pelo presente trabalho, uma vez que a busca pelo crescimento econômico e industrialização continuaram a estarem presente dentro do novo governo. A questão central que foi alterada diz respeito a distribuição do crescimento econômico que seria gerado a partir de então. O que fica evidente a partir disso é que há diferentes formas específicas de desenvolvimento econômico e os impactos que esse processo terá sobre a sociedade dependem de outros fatores que vão para além das condições econômicas. O

caminho que se tomou no Brasil deixou claro que continuou a vontade de se “fazer o bolo crescer”, porém, pouco se importou em “dividi-lo”.

Ainda dentro desse período inicial, uma outra esfera que sofreu modificações importantes nesse período foi o sistema financeiro brasileiro e as suas instituições. Vale lembrar que até o momento o país não contava sequer com elementos básicos como um Banco Central e um mercado bem constituído para os títulos públicos. Esses e outros fatores impossibilitavam a existência de um mercado de crédito privado no país, como também de um sistema financeiro mais bem constituído. Nesse sentido, o novo governo avançou nessas medidas e promoveu uma modernização ao ambiente financeiro, dotando o país de novas instituições e regulamentações.

Após superar essa primeira fase de ajustes, já ao final da década de 1960, o Brasil conseguiu retomar o forte crescimento observado na década anterior. Além das políticas internas, um ambiente externo extremamente favorável proporcionou espaço para o crescimento econômico sem que a restrição externa se impusesse, sendo que fosse possível manter um saldo deficitário no Conta Corrente que era compensado pelo influxo de capitais na Conta Financeira. Esse desempenho espetacular acabou rendendo ao período o apelido de "Milagre Econômico". A economia brasileira registrou as maiores taxas médias históricas sem incorrer em problemas inflacionários ou relacionados ao Balanço de Pagamentos. Como resultado, a indústria, que havia estagnado na primeira metade da década, voltou a apresentar um forte crescimento, especialmente nos setores de bens de consumo duráveis.

Em 1973, as condições externas afetaram novamente a economia brasileira. O choque do petróleo no final do ano triplicou seu preço no mercado internacional, resultando em um aumento rápido das importações brasileiras devido à grande dependência do país desse recurso. Esse cenário gerou efeitos de desaceleração e aumento dos preços internos.

Diante dessa nova realidade, o governo do General Ernesto Geisel, que assumiu no início de 1974, iniciou um debate sobre a melhor estratégia a ser adotada. Dividindo-se em duas posições antagônicas: ajuste e financiamento. A primeira defendia políticas de ajuste macroeconômico diante dos desafios impostos pelos altos preços, enquanto a segunda argumentava que o choque do petróleo evidenciava a necessidade de avançar na industrialização, mesmo em condições adversas.

A estratégia vencedora foi a de optar pelo financiamento, conforme evidenciado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Neste plano, novamente prevaleceu a direção desenvolvimentista, com ênfase na retomada da atividade econômica e no desenvolvimento industrial, ambos geridos com ampla participação estatal. As empresas estatais foram peças-chave, não apenas para a realização de grandes investimentos, mas também para captar recursos externos que ajudaram a mitigar os problemas do Balanço de Pagamentos em meio à conturbada situação internacional. Os mecanismos utilizados e seus impactos no Balanço de Pagamentos e nas empresas estatais serão discutidos no próximo capítulo.

Esse mecanismo de captação externa só foi possível devido a um aumento da liquidez internacional naquela época, impulsionado pela formação dos mercados dos eurodólares e petrodólares.¹⁷ Essa liquidez adicional proporcionou os recursos necessários para que o Brasil e outros países continuassem a crescer, mesmo em um cenário onde o valor das exportações crescia a uma taxa inferior às importações requeridas pelo avanço industrial. No entanto, grande parte dessas captações foi realizada com taxas de juros pós-fixadas, o que aumentou o grau de exposição do país,

¹⁷ Sobre essa fase da década de 1970 e a formação desses novos mercados, ver Medeiros (1997).

especialmente em um contexto de crescentes oscilações externas no final da década de 1970.

As políticas industriais desse período foram especialmente direcionadas para o setor de produção de bens de capital e produtos intermediários, etapas identificadas como gargalos que o processo de desenvolvimento ainda não tinha superado até aquele momento. A ideia subjacente ao plano era que, por não ter se desenvolvido nessas áreas, o Brasil continuava dependente da importação de certos itens necessários para a produção interna, o que deixava o país e sua indústria vulneráveis a choques externos, como o ocorrido com o petróleo em 1973. Portanto, o objetivo era avançar no processo de desenvolvimento e "completar" a industrialização brasileira.¹⁸

A conciliação da continuidade do crescimento e da industrialização com esse cenário conturbado levou a economia brasileira a seguir uma trajetória caracterizada como "marcha forçada".¹⁹ Esse foi o cenário que prevaleceu na economia brasileira até o final da década, especialmente em 1979, quando o país foi novamente afetado por choques externos, desta vez com efeitos mais permanentes, como será discutido posteriormente.

O primeiro choque a atingir o país ocorreu naquele ano com um segundo choque do petróleo, que fez os preços do barril triplicarem mais uma vez no mercado internacional. Isso impôs um forte choque de custos sobre a economia brasileira e problemas adicionais no Balanço de Pagamentos. Inicialmente, diante dessa situação, o governo, após o retorno de Delfim Netto ao Ministério da Fazenda, recusou um ajuste ortodoxo e optou por uma maxidesvalorização cambial com o intuito de provocar um realinhamento de preços à nova condição.

Essa atitude de Delfim Netto pode ser compreendida como uma das últimas manifestações do ideário desenvolvimentista, uma vez que recusou explicitamente um ajuste recessivo que poderia comprometer esses objetivos. No entanto, a realidade que se impôs não foi capaz de trazer os resultados esperados pela equipe econômica, e à medida que o tempo passava, o cenário se tornava cada vez mais sensível, sobretudo com mais um choque externo que se iniciou ao final daquele mesmo ano.

O último evento trágico que marcou o fim do desenvolvimentismo no Brasil ocorreu após o Banco Central dos EUA - *Federal Reserve* (FED) - decidir iniciar uma brusca elevação das taxas de juros dos títulos norte-americanos, provocando uma contração da liquidez internacional que teve como efeito um menor fluxo de capitais, movimento que foi sentido principalmente pelos países periféricos do sistema financeiro. Medeiros (2010) argumenta que essa maior vulnerabilidade decorria do fato de que esses países: i) possuíam uma menor diversificação produtiva, o que os tornava mais dependentes de suas indústrias; e ii) necessitavam de mais empréstimos externos, tornando-os mais vulneráveis aos fluxos financeiros internacionais.

Esse enxugamento da liquidez internacional coincidiu com um momento em que o Brasil estava enfrentando uma dívida externa considerável e ainda dependia fortemente das importações. Isso ocorreu porque os projetos desenvolvidos no âmbito do II PND ainda não haviam atingido seu pleno desenvolvimento, enquanto os preços do petróleo continuavam aumentando no mercado internacional e a continuidade de sua importação dependia fortemente de financiamento externo.

¹⁸ Os objetivos dentro dessa proposta iam além do campo econômico e se estendiam a inserção internacional que o país poderia representar. Era expresso no plano que a efetivação das propostas ali contidas poderia levar o Brasil rapidamente a se tornar uma "potência emergente" no cenário global (II PND, 1974).

¹⁹ Analogia apresentada por Castro e Souza (1985) como uma forma de definir a trajetória de desenvolvimento percorrida pela economia brasileira.

Diante desse contexto e, especialmente após os impactos da Moratória Mexicana, na entrada da década de 1980, o governo brasileiro começou a se afastar progressivamente da "convenção do crescimento" e suas políticas passaram a se concentrar na busca pela estabilidade.

O período de 1951 a 1980 na economia brasileira pode ser resumido como uma era de desenvolvimento caracterizada pela presença interligada do Estado desenvolvimentista, da ideologia desenvolvimentista e das políticas econômicas desenvolvimentistas. Esses três elementos estiveram intimamente conectados, impulsionando um crescimento econômico contínuo e mudanças estruturais significativas, levando o país a avançar rapidamente em sua industrialização.

Apesar dos desafios enfrentados, especialmente os externos, ao longo desses mais de 30 anos, o Brasil conseguiu implementar uma estratégia de longo prazo focada no crescimento econômico e na industrialização. Mesmo nos planos destinados a estabilizar a economia, o objetivo de crescimento permaneceu evidente. Além disso, diferentes planos foram concebidos para superar os obstáculos deixados pelas etapas anteriores de industrialização, o que pode ser compreendido como uma continuidade desses objetivos ao longo do tempo.

No entanto, é importante notar, conforme observado por Tavares (1972), que o processo de industrialização e a redução da dependência do setor externo não significaram o fim da restrição externa para o país. Pelo contrário, essa restrição foi transformada, apresentando-se agora na dificuldade de obter as divisas necessárias para manter o processo de industrialização. Essa condição desafiadora persistiu ao longo do período desenvolvimentista e culminou em uma crise significativa no final da década de 1970, fator fundamental para o final dessa etapa no país.

4. O final do desenvolvimentismo brasileiro: primeiros apontamentos

A combinação do aumento dos preços do petróleo, o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos e a moratória mexicana desfez os mecanismos que permitiram o afastamento da restrição externa ao longo da década de 1970. A partir desse momento, o Brasil se viu cada vez mais mergulhado em uma crise externa, o que levou a uma mudança de foco para esse problema. Como consequência, houve um enfraquecimento da prioridade dada ao crescimento e à industrialização pelo governo naquele momento.

Os anos iniciais dessa segunda etapa, aqui compreendida como uma fase de transição, foram marcados pelos constantes problemas externos e inflacionários enfrentados pelo Brasil. Simultaneamente, as políticas voltadas para o crescimento econômico tornaram-se cada vez mais escassas, com um foco crescente em políticas de estabilização. A combinação desses elementos resultou na designação da década de 1980, e possivelmente até pelo menos 1994, como a "década perdida" no Brasil. Nesse período, apesar do tão aguardado processo de redemocratização, o desempenho econômico foi pífio e os problemas persistiram sem uma solução definitiva. Talvez o único acontecimento que possa ser considerado uma exceção seja a promulgação de uma nova constituição em 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", devido ao seu caráter social.

Essas modificações ocorridas no Brasil seguiram o contexto mundial, uma vez que estavam inseridas em um movimento mais amplo que abarcou diversos outros países. Esse período foi caracterizado pelo abandono de políticas intervencionistas, seja através do keynesianismo ou do desenvolvimentismo, e pelo avanço de políticas de cunho

neoliberal, iniciadas já durante a década de 1970.²⁰ No entanto, as mudanças foram ainda mais decisivas após 1979, momento em que os EUA decidiram de maneira unilateral atingir os objetivos de vencer a guerra fria, enquadrar os países aliados e retomar a liderança do bloco capitalista (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

Durante a década de 1980, o peso da dívida externa e seus impactos sobre o desempenho macroeconômico, além de uma nova coalizão de interesses internacionais – que se cristalizaram para os países periféricos através do liberalismo expresso no chamado "Consenso de Washington" – fizeram com que ocorresse o abandono das estratégias de desenvolvimento, que anteriormente, centravam-se na indústria e no desenvolvimento nacional. Já durante a década seguinte, ocorreu a consolidação das novas ideias e políticas econômicas, com uma ampliação do liberalismo como um substituto do desenvolvimentismo que havia imperado até então. Nessa fase, foram predominantes as privatizações e as aberturas comerciais e financeiras, realizadas com o intuito de integrar o Brasil ao novo consenso que se estruturava no mundo (Ibid, 2010).

Além disso, ao longo dessas duas décadas, ocorreu um descolamento dos rumos traçados pelos países latino-americanos e asiáticos que até então haviam tido estratégias desenvolvimentistas como norteadoras. No primeiro grupo, ocorreu um abandono dessas ideias e de políticas em prol da industrialização. Já no segundo grupo, sobretudo após 1985, pode-se contar com um auxílio externo que propiciou uma nova etapa de industrialização para esses países (MEDEIROS, 1997).

A grande diferença das rotas tomadas pelas duas regiões, somada ao fato de que todos os países latino-americanos tiveram um destino próximo que fatalmente os levaram à adoção de políticas liberais e de abertura comercial e financeira como elemento fundamental para suas reinserções no fluxo de financiamento internacional, lança luz sobre a importância para além de elementos internos como definidores das possibilidades que se apresentam às estratégias nacionais dos diferentes países.

Internamente, o cenário fez com que o Brasil se transformasse em um enorme laboratório para diferentes alternativas capazes de combater os altos índices de inflação. Todos os planos, com exceção do Plano Cruzado, contavam com medidas de ajuste ortodoxo, prevendo uma redução dos gastos públicos. No entanto, todos esses planos fracassaram principalmente porque não conseguiram reunir as condições externas adequadas para tal empreitada, levando à adoção de políticas de desvalorização cambial que resultaram em uma nova aceleração da inflação.

Com o início da década de 1990, os países latino-americanos, ao se reintegrarem ao fluxo de financiamento internacional e realocarem suas dívidas externas, conseguiram se livrar dos problemas externos e, a partir daí, reunir as condições propícias para adotar políticas que conseguiram diminuir as altas taxas de inflação. No caso brasileiro, isso foi alcançado a partir do Plano Real. A ordem em que esses dois fatos ocorreram novamente destaca a importância da questão externa como chave para a resolução dos problemas internos, especialmente os inflacionários. Conforme observado por Bastos e Ferraz (2021), primeiro resolveram-se as questões externas relacionadas ao pagamento da dívida externa para, somente depois, sanar os problemas internos. Além disso, o fator fundamental do Plano Real, que o diferencia dos demais planos tentados, foi a possibilidade de manutenção da âncora cambial, que só foi possível mediante o retorno dos fluxos de capital (BASTOS, 2001).

²⁰ O cenário macroeconômico desse período pode ser definido por: i) crescimento da inflação internacional; ii) fim do regime de taxas de câmbio fixo estabelecidas desde Bretton Woods; iii) redução do ritmo de crescimento dos países desenvolvidos (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

Apesar da normalização do cenário econômico no Brasil, pouco restou das políticas voltadas para o desenvolvimento econômico que eram proeminentes até a década de 1980. Na verdade, o país seguiu uma direção mais próxima ao liberalismo, enfraquecendo os diversos mecanismos de intervenção na economia. Isso é especialmente evidente no processo de privatizações, que teve início na década de 1980 e se ampliou na década seguinte, com destaque para a atuação do BNDES, agora incluindo a letra "S" de "social" desde 1982, como o principal executor dessas privatizações, se convertendo como o “quartel-general” também dessa nova fase.²¹ Essa mudança simbolizava não apenas o fim do desenvolvimentismo, mas também minava um dos principais instrumentos usados para promover a industrialização do país (CASTRO, 1994).

Medeiros (2010a) destaca que as mudanças no regime macroeconômico e na inserção internacional levaram à adoção de políticas liberais e à abertura das economias para os fluxos financeiros e comerciais. Isso resultou em uma ruptura entre os interesses das grandes empresas e as estratégias nacionais que antes formavam a base do desenvolvimentismo. As empresas nacionais passaram a buscar novas oportunidades e estratégias de acumulação, incluindo a formação de joint ventures com empresas multinacionais e a participação nos processos de privatização das empresas estatais em andamento na época.

Diante desse cenário de intensas modificações, pode-se afirmar que a antiga "convenção do crescimento", que era um pilar do projeto desenvolvimentista no Brasil, foi substituída pela "convenção do antagonismo público-privado"²². Essa nova convenção estruturou as mudanças na gestão da economia, não apenas com as privatizações, mas também por meio da modificação dos objetivos da política econômica, que continuou a buscar a estabilidade mesmo após a estabilização promovida pelo Plano Real.

Pode se dizer, portanto, que o neoliberalismo e os seus adeptos se aproveitaram do cenário de baixo crescimento e aceleração inflacionária impostos ao país pelas restrições externas a partir da década de 1980 e promoveram uma série de mudanças tanto na política econômica quanto nos mecanismos e instituições que o Estado era provido para interferir sobre a economia. As modificações sobre essa segunda forma tinham um caráter mais de longo prazo, uma vez que desfizeram importantes ferramentas que eram utilizadas na promoção do desenvolvimento no país. A década de 1990 marcou a concretização desse novo projeto, especialmente com a consolidação do tripé macroeconômico, que institucionalizou os preceitos neoliberais para a política econômica. Esses preceitos não foram fortemente questionados até os dias atuais, consolidando assim uma nova ordem econômica no Brasil.

De fato, durante o período em questão, algumas instituições e empresas estatais foram preservadas no Brasil, apesar do amplo processo de privatização. A Petrobras, as usinas hidrelétricas, o Banco do Brasil, o BNDES e o sistema público de saúde são exemplos de instituições que permaneceram sob controle estatal. Essas entidades desempenharam papéis importantes durante o governo de Lula e foram fundamentais nas estratégias de desenvolvimentismo que foram brevemente tentadas.

No entanto, é importante notar que, nesse cenário, as empresas públicas já não estavam totalmente alinhadas com a lógica desenvolvimentista e o receituário neoliberal havia sido consolidado. Isso significa que, embora essas instituições tenham sido

²¹ Em alusão a já mencionada definição de Barros de Castro (1994) do BNDE (S) como sendo o quartel-general do desenvolvimentismo no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980.

²² Definição também dada por Barros de Castro (1994) para definir essa nova etapa que se inicia ao longo da década de 1990.

mantidas, sua atuação e papel na economia podem ter sido influenciados pelas políticas neoliberais predominantes na época.

5. Considerações Finais

O presente artigo procurou apresentar as linhas gerais do período histórico conhecido como "desenvolvimentismo brasileiro", que compreendeu os anos de 1951 a 1980. Neste percurso, inicialmente, tornou-se importante definir o que se entende pelo termo, uma vez que sua utilização pode remeter a diferentes aspectos relacionados ao "desenvolvimento econômico".

Como um período histórico específico, destacou-se que durante essa etapa o país decidiu, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, prosseguir com os objetivos de gerar crescimento econômico e avançar na industrialização, utilizando diversas ferramentas criadas ao longo desse período para esse fim. A principal delas foi a formação de um Estado Desenvolvimentista, dotado de instituições e instrumentos para alcançar tais objetivos.

O cenário desenvolvimentista no Brasil começou a enfraquecer com a chegada da década de 1980, quando, devido às repercussões de mudanças no cenário externo, o país passou a alterar as políticas econômicas anteriormente adotadas, substituindo o caráter desenvolvimentista por medidas neoliberais, características dessa nova fase. Esses anos foram marcados por uma intensa crise tanto externa quanto interna, com desaceleração do crescimento e aumento dos índices de inflação.

No entanto, mesmo após a modificação desse cenário, que havia sido utilizada como justificativa para a mudança na agenda econômica do país, não ocorreu a retomada do desenvolvimentismo como objetivo principal. As políticas continuaram a ser voltadas cada vez mais para a estabilização, com o Estado desenvolvimentista perdendo espaço de presença e influência sobre a política econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.

BASTIAN, E. F. O Paeg e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, 2013.

BASTOS, C. P.M. Inflação e estabilização. In: FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. (orgs.), **Polarização Mundial e Crescimento**, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BASTOS, C. P. M; BRITTO ROCHA, G. de. Introdução à economia do subdesenvolvimento: elementos fundamentais das teorias clássicas do desenvolvimento. **Gestão e Sociedade**, 2020.

BASTOS, C. P. M.; OLIVEIRA, B. R. Políticas econômicas, teorias e contextos sociais. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma—novas interpretações**, v. 1, 2021.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. **Seminário Brasil-Chile**, 2005.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. “Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois”. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) **“Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia”**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v. 1, 2013.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 32, 1985.

DIB, M. de F. S. P. **Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1985. 177 p.

FAUSTO, B. **A História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 2011.

FONSECA, P. C. D. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 117-128, 2016.

LESSA, C. **Quinze Anos de Política Econômica no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª Edição, 1982.

MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 279-346, 1997.

MEDEIROS, C. A. Auge e declínio dos estados desenvolvimentistas. **Novos desafios**. Parc. Estrat., Brasília-DF, v. 15, n. 30, p. 159-176, 2010a.

MEDEIROS, C. A. de. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao "nacionalismo metodológico". **Economia e Sociedade**, v. 19, p. 637-645, 2010b.

MEDEIROS, C. A. **Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira**. Brasília: IPEA, 2015.

MEDEIROS, C. A. de. A Economia Brasileira No Novo Milênio: Continuidade E Mudanças Nas Estratégias De Desenvolvimento1. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017.

MEDEIROS, C. A. de. “Desevolvimento”. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.) **Dicionário de política pública**. 3ª edição. São Paulo, Editora Unesp, p. 259-263, 2018.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, p. 119-151, 1999.

MORAES, G. O II Governo Vargas: limites externos de um Estado nacional em construção. In: ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.

PREBISCH, R. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de problemas principais”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos do pensamento na Cepal**. [S.1.]: Record, 2000 [1949].

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 2, n. 2, 1982.

TAVARES, M.C. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: TAVARES (org.) **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES (org.). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**, p. 153-207, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.